

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 115, DE 2008

Dispõe sobre o Técnico em Tratamento de Águas de Piscinas e seus auxiliares.

Autor: Sindicato dos trabalhadores em Entidades Culturais e Recreativas no Estado de Minas Gerais – SINDEC/MG.

Relator: Deputado EDUARDO AMORIM

I - RELATÓRIO

O Sindicato dos trabalhadores em Entidades Culturais e Recreativas no Estado de Minas Gerais – SINDEC/MG, através do Ofício nº 201/08, datado de 31/07/08, assinado pelo Secretário Geral da entidade, encaminhou ao ilustre Deputado Adão Pretto, sugestão de regulamentação da profissão de Técnico em Tratamento de Águas de Piscinas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Constituição Federal consagra, entre os direitos e garantias fundamentais, o livre "exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer" (art. 5º, inciso XIII).



7F32B0E826

Vale dizer que a liberdade de exercer qualquer trabalho, ofício ou profissão é direito de cidadania, cuja restrição somente se justifica quando prevalecerem os interesses da coletividade sobre os individuais ou de grupos, como é o caso dos médicos, engenheiros e outros, cuja regulamentação, mais que especificar direitos, se faz necessária para impor-lhes deveres em favor da coletividade consumidora de seus serviços, já que, se praticados por pessoas desprovidas de um mínimo de conhecimentos técnicos e científicos especializados, poderiam acarretar sério dano social, com riscos à segurança, à integridade física e à saúde.

A atividade de Técnico em Tratamento de Águas de Piscinas é uma área de conhecimento que, se exercida profissionalmente, não enseja qualquer intervenção do Poder Público para restringir sua prática.

Todas as profissões devem ser exercidas com seriedade e responsabilidade, não sendo esses os fatores que impliquem a fiscalização do Estado e sim o potencial lesivo à sociedade. Sem essa premissa, a restrição ao exercício dessa atividade apenas para aqueles que possuem tal certificado, significa, de fato, fechar o mercado de trabalho e contrariar os princípios democráticos e constitucionais.

Com efeito, ao ficar estabelecido que apenas um determinado grupo de trabalhadores poderá exercer determinada atividade profissional, em vez de estar tutelando, o Estado estará restringindo a liberdade de se exercer qualquer ofício ou profissão (Constituição Federal, art. 5º, inciso III).

É claro que a busca pela qualificação ou por melhores condições para o desempenho das tarefas é sempre válida e até necessária. Mas a qualificação e a competência da mão-de-obra não são obtidos, necessariamente, por meio da certificação de curso técnico. Daí por que a lei que se tenta implementar não é premissa absoluta para que esse resultado seja alcançado. Na verdade, sob o falso pretexto de se estar exigindo a devida qualificação, o Estado poderia estar facilitando a “mera produção de canudos”, fomentando apenas o lado comercial dos estabelecimentos de ensino que sequer



precisarão ministrar bons conteúdos: a necessidade da diplomação, como pré-requisito ao exercício profissional, passa a ditar as regras no mercado de trabalho em detrimento da efetiva competência.

Assim, é lícito o exercício de toda e qualquer profissão, somente se admitindo excepcionar essa regra geral em casos especiais.

Significa dizer que a restrição ao exercício de qualquer profissão apenas se justifica quando o interesse público assim o exigir, pelos riscos inerentes àquela atividade.

A doutrina acerca da regulamentação profissional é clara quando afirma que, para se regulamentar uma profissão, importa considerar a prevalência do interesse público sobre os de grupos ou de outros segmentos, criando, mais que direitos, deveres sociais de proteção à coletividade.

Segundo o Professor Celso Ribeiro Bastos ao comentar o dispositivo constitucional supra citado¹:

"Uma forma muito sutil pela qual o Estado por vezes acaba com a liberdade de opção profissional é a excessiva regulamentação. Regulamentar uma profissão significa exercer a competência fixada na parte final do dispositivo que diz: "observadas as qualificações que a lei exigir."

"Para obviar este inconveniente é necessário que esta faculdade seja exercida nos termos constitucionais.

(...) Mas é evidente que esta lei há de satisfazer requisitos de cunho substancial, sob pena de incidir em abuso de direito e conseqüentemente tornar-se inconstitucional.

Assim é que não de ser observadas qualificações profissionais.

¹ Bastos, Celso Ribeiro. Comentários à Constituição do Brasil, 2º volume, Ed. Saraiva, 1989, pgs. 75 e seguintes.



Para que uma determinada atividade exija qualificações profissionais para o seu desempenho, duas condições são necessárias: uma, consistente no fato de a atividade em pauta implicar conhecimentos técnicos e científicos avançados. É lógico que toda profissão implica algum grau de conhecimento. Mas muitas delas, muito provavelmente a maioria, contentam-se com um aprendizado mediante algo parecido com um estágio profissional. A iniciação destas profissões pode-se dar pela assunção de atividades junto às pessoas que as exercem, as quais, de maneira informal, vão transmitindo os novos conhecimentos.

(...) Outro requisito a ser atendido para regulamentação é que a profissão a ser regulamentada possa trazer um sério dano social."

Na lição de Valentin Carrion²:

"a regulamentação de algumas atividades é fruto, às vezes, de manobras de envolvimento do legislador por profissionais com o fim de reservar-se o privilégio de exclusividade do exercício sem autêntica razão de existência.

Otávio Bueno Magano vê possível inconstitucionalidade sempre que essa regulamentação restrinja a liberdade de trabalho por outro critério que não seja o estritamente profissional."

Porém, costuma-se muito confundir regulamentação profissional com o reconhecimento da profissão e com a garantia de direitos quando, na verdade, regulamentar significa impor limites, restringir o livre exercício da atividade profissional, já valorizada, reconhecida e assegurada constitucionalmente. Esse poder do estado de interferir na atividade para limitar o seu livre exercício, repetimos, só se justifica se o interesse público assim o exigir. E por certo que a exigência do interesse público não é pela especificação ou

² Carrion, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho, Editora Revista dos Tribunais, 1989, pág. 177.



reserva de direitos para um determinado segmento econômico-profissional e sim pela imposição de deveres em favor da coletividade consumidora de seus serviços que, se praticados por pessoas desprovidas de um mínimo de conhecimentos técnicos e científicos especializados, poderiam acarretar sério dano social, com riscos à segurança, à integridade física, à saúde, à educação, ao patrimônio e ao bem-estar.

Por outro lado, as normas tutelares trabalhistas já são aplicáveis quando configurada a relação de emprego, incluindo algumas proteções diferenciadas, tais como o trabalho em mineração, o trabalho de bancários, de telefonistas, em situações como a maternidade, a menoridade etc.

Nada disso, no entanto, significa regulamentação profissional. Ao contrário, significa proteção mínima do Estado para determinadas ocupações desenvolvidas em situação de risco, de penosidade etc. E se a relação não for de natureza trabalhista, de qualquer forma, são aplicáveis as leis civil e previdenciária ou mesmo a de proteção ao consumidor.

Difícilmente, portanto, justifica-se a regulamentação de uma profissão, que não seja as que já estão devidamente regulamentadas. De resto, há que se registrar que o reconhecimento e a dignidade de um trabalho não são conquistados pela via legal, mas decorrem de seu exercício consciente, eficiente e produtivo.

Ante o exposto, manifestamos contrariamente à transformação da presente Sugestão em proposição legislativa, nos termos do art. 254 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado EDUARDO AMORIM
Relator



2008_14124_Eduardo Amorim



7F32B0E826